

**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO – SEMGE**

**EDITAL Nº 01/2014**

**CONCURSO PÚBLICO para o cargo de  
Auditor Interno**

**CÓDIGO  
S05  
MANHÃ**



**T**

**Verifique se esta  
LETRA é a mesma  
do seu Cartão  
de Respostas.**

**DE ACORDO COM O EDITAL, O  
CANDIDATO QUE FIZER PROVA  
DE LETRA DIFERENTE SERÁ  
ELIMINADO.**

**TRANSCREVA, EM ESPAÇO DETERMINADO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS,  
A FRASE DO ESCRITOR JOSÉ LINS PARA EXAME GRAFOTÉCNICO**

**“Se chove, tenho saudades do sol, se faz calor, tenho saudades da chuva.”**

**ATENÇÃO**

- DURAÇÃO DA PROVA: 4 horas e 30 minutos.
- ESTE CADERNO CONTÉM 40 (QUARENTA) QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA, CADA UMA COM 5 ALTERNATIVAS DE RESPOSTA – A, B, C, D e E – CONFORME DISPOSIÇÃO ABAIXO.

Disciplinas	Quantidade de questões	Valor de cada questão
Língua Portuguesa	10	2
Matemática	5	2
Informática Básica	5	2
Direito Constitucional	5	3
Direito Administrativo	5	3
Direito Civil e Processual Civil	5	3
Noções de Direito Tributário e de Direito do Trabalho	5	3

- VERIFIQUE SE ESTE MATERIAL ESTÁ EM ORDEM. CASO CONTRÁRIO, NOTIFIQUE IMEDIATAMENTE O FISCAL.
- RESERVE OS 30 (TRINTA) MINUTOS FINAIS PARA MARCAR SEU CARTÃO DE RESPOSTAS.

**LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO**

- Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
- Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio.
- Não haverá substituição do Cartão de Respostas por erro do candidato.

**Por motivo de segurança:**

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova;
- Somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões;
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu Caderno de Questões, não poderá copiar suas respostas por qualquer meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata e acarretará a eliminação do candidato; e
- Ao terminar a prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.
- Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o Cartão de Respostas assinado. Não se esqueça dos seus pertences.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão de Respostas.
- O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

**BOA PROVA!**

[www.funcab.org](http://www.funcab.org)

Texto para responder às questões de 01 a 10.

No Brasil, podemos não estar na vanguarda tecnológica. Mas, na legislativa, acho que de vez em quando damos mostras de que temos condição, havendo vontade política, de aspirar a uma posição de destaque. Agora mesmo, leio aqui que se encontra em curso, na Câmara de Deputados, um projeto para a regulamentação da profissão de escritor. Já houve uma tentativa anterior, aliás estranhamente apoiada por alguns escritores profissionais, que não vingou. Mas deve ser uma área atraente demais para ainda não estar regulamentada. Claro, nem todas as atividades, ofícios e profissões estão ainda regulamentadas, mas a dos escritores parece ser importante em excesso, para tão prolongado esquecimento governamental.

Não li o projeto, mas é claro que ele não pode ser discriminatório. Para definir o escritor, tem-se que ser o mais abrangente possível. Escreveu, valeu. Valerão, portanto, não só livros como panfletos, discursos, sermões, cartas, bilhetes, diários, memorandos, relatórios, bulas de remédio e – por que não? – um caprichado cardápio de restaurante. Como dizer a um sujeito que escreveu que ele não é escritor? Acusações de preconceito, incorreção política e discriminação se tornarão inevitáveis, se todo aquele que escrever não for classificável como escritor. Bem verdade que, de acordo também com o que li, caberá aos sindicatos de escritores essa árdua tarefa – e também eles terão o mesmo problema para rejeitar pretendentes.

Conhecemos o Brasil, não conhecemos? Finjamos que conhecemos, pelo menos. Que tramas logo entrevemos no futuro, se o projeto for transformado em lei? Posso logo conceber os casos tristes dos aposentados que escrevem regularmente para os jornais (mais um golpe nessa velharia desagradável que não serve para nada, pau neles) e serão, cedo ou tarde, flagrados no exercício ilegal da profissão. Claro, o projeto atual não deve prever isto, mas outros para complementá-lo advirão, principalmente porque assim se gerarão mais burocracia e mais empregos de favor, e os escrevedores de cartas aos jornais ou se filiam ao sindicato ou arrumam um amigo filiado, para coassinar as cartas, na condição de “escritor responsável”. Infortúnio que, aliás, deverá abater-se sobre diversos outros, como síndicos de prédios ou inspetores de obras, ou quem quer que seja obrigado a escrever relatórios. Talvez até placas, quem sabe? [...]

Sei que vocês pensam que eu brinco, mas não brinco. O Brasil tem leis interessantíssimas, que vieram com as melhores intenções e rendem situações intrigantes. Por exemplo, como se sabe, se

o sujeito for pego matando uma tartaruga protegida, vai preso sem fiança. Em contrapartida, se encher a cara, sair de carro e matar umas quatro pessoas, paga fiança e vai para casa. No caso da tartaruga, alguém raciocinará que é mais negócio matar o fiscal do Ibama, mesmo com testemunhas. Principalmente se estiver um pouco bêbado, porque aqui é atenuante. É só escapar do flagrante, mostrar ser réu primário, conseguir responder ao processo em liberdade e, com azar, pegar aí seus dois aninhos de cana efetiva (em regime semiaberto). Portanto, se aqui é mais negócio matar um homem do que uma tartaruga, não brinco. Acredito que nos possamos perpetrar qualquer absurdo, inclusive esses de que acabo de falar e outros, que não chegaram a me ocorrer, mas são possíveis. Entretanto, há sempre um lado bom. Por exemplo, se algum dia exigirem carteirinha de escritor para eu escrever, não escrevo mais. Será, quiçá, uma boa notícia para alguns. Ou muitos, talvez, ainda não promulgaram uma Lei de Proteção da Literatura Nacional, obrigando todo mundo a gostar de tudo o que o escritor brasileiro escreve. Embora, é claro, eu alimente fundadas esperanças, pois uma boa lei resolve qualquer coisa. RIBEIRO, João Ubaldo. *O Conselheiro Come*. Rio: Nova Fronteira, 2000, p. 48 ss.

#### Questão 01

Dentre as estratégias argumentativas relacionadas a seguir, aquela de que o cronista prescinde para persuadir o leitor a concluir como ele é a que se lê em:

- recorrer à ironia, ou seja, ao artifício de dizer o contrário do que está pensando ou sentindo.
- apoiar-se no testemunho de terceiros como instrumento de prova.
- alinhar-se com o leitor, buscando interagir dialogicamente com ele.
- aludir a fatos de conhecimento público, divulgados pela imprensa.
- trazer à baila exemplos destinados a concretizar pontos de vista vagos ou abstratos.

**Questão 02**

A passagem em que o cronista faz concessão a ponto de vista divergente do seu – ponto de vista que irá imediatamente refutar – é a seguinte:

- A) “Claro, nem todas as atividades, ofícios e profissões estão ainda regulamentadas...” (§ 1)
- B) “Por exemplo, como se sabe, se o sujeito for pego matando uma tartaruga protegida, vai preso sem fiança.” (§ 4)
- C) “Portanto, se aqui é mais negócio matar um homem do que uma tartaruga, não brinco.” (§ 4)
- D) “Acusações de preconceito, incorreção política e discriminação se tornarão inevitáveis, se todo aquele que escrever não for classificável como escritor.” (§ 2)
- E) “Infortúnio que, aliás, deverá abater-se sobre diversos outros, como síndicos de prédios ou inspetores de obras...” (§ 3)

**Questão 03**

A proposição cujo conteúdo o autor pretende que o leitor interprete, não como possível ou duvidoso, mas como uma necessidade, é:

- A) “... mas a [atividade] dos escritores parece ser importante em excesso, para tão prolongado esquecimento governamental.” (§ 1)
- B) “Para definir o escritor, tem-se que ser o mais abrangente possível.” (§ 2)
- C) “Será, quiçá, uma boa notícia para alguns.” (§ 4)
- D) “Talvez até placas, quem sabe?” (§ 3)
- E) “... na legislativa, acho que de vez em quando damos mostras de que temos condição [...] de aspirar a uma posição de destaque.” (§ 1)

**Questão 04**

Em: “Escreveu, valeu.” (§ 2), a primeira oração do período expressa, no texto, a seguinte circunstância:

- A) modo.
- B) consequência.
- C) condição.
- D) conformidade.
- E) concessão.

**Questão 05**

Há evidente equívoco na determinação do sentido com que a palavra destacada está empregada pelo cronista em:

- A) “Já houve uma tentativa anterior, ALIÁS estranhamente apoiada por alguns escritores profissionais...” (§ 1) / a propósito
- B) “Acredito que nos possam perpetrar qualquer absurdo, INCLUSIVE esses de que acabo de falar...” (§ 4) / mesmo
- C) “... alguém raciocinará que é mais negócio matar o fiscal do Ibama, MESMO com testemunhas.” (§ 4) / ainda que
- D) “... SE algum dia exigirem carteirinha de escritor para eu escrever, não escrevo mais.” (§ 4) / na hipótese de
- E) “... caberá aos sindicatos de escritores essa árdua tarefa – e TAMBÉM eles terão o mesmo problema...” (§ 2) / além disso

**Questão 06**

Altera-se o sentido de: “Valerão, portanto, NÃO SÓ LIVROS COMO PANFLETOS, DISCURSOS...” (§ 2), com a seguinte redação dos termos correlacionados em destaque:

- A) livros, tanto quanto panfletos, discursos
- B) não apenas livros, mas panfletos, discursos
- C) livros, além de panfletos, discursos
- D) se não livros, panfletos, discursos
- E) não só livros, senão também panfletos, discursos

**Questão 07**

Preserva-se a concordância do verbo com seu sujeito ao se substituir a forma verbal usada no texto pela que se propõe em:

- A) “... que nos possam perpetrar qualquer absurdo...” (§ 4) / perpetrarem
- B) “... caberá aos sindicatos de escritores essa árdua tarefa...” (§ 2) / caberão
- C) “... um golpe nessa velharia desagradável que não serve para nada...” (§ 3) / servem
- D) “Valerão, portanto, não só livros como panfletos, discursos...” (§ 2) / Valerá
- E) “... assim se gerarão mais burocracia e mais empregos de favor...” (§ 3) / gerará

**Questão 08**

A alternativa em que, no tocante à flexão, há evidente equívoco no emprego do verbo destacado em: "... mas outros para complementá-lo ADVIRÃO..." (§ 3) é a seguinte:

- A) Como adviessem outros para complementá-lo
- B) Quando advierem outros para complementá-lo
- C) Advindos outros para complementá-lo
- D) Embora advenham outros para complementá-lo
- E) Se advirem outros para complementá-lo

**Questão 09**

Com a substituição do complemento verbal por um pronome pessoal oblíquo, infringe-se norma de regência em:

- A) "... perpetrar qualquer absurdo..." (§ 4) / perpetrá-lo
- B) "... exigirem carteirinha de escritor..." (§ 4) / a exigirem
- C) "... responder ao processo em liberdade..." (§ 4) / responder a ele
- D) "... dizer a um sujeito..." (§ 2) / dizer-lhe
- E) "... aspirar a uma posição de destaque." (§ 1) / aspirar-lhe

**Questão 10**

Segundo as normas de pontuação em vigor, pode-se usar dois-pontos, em vez do ponto empregado no texto, após:

- A) "... paga fiança e vai para casa." (§ 4)
- B) "... se todo aquele que escrever não for classificável como escritor." (§ 2)
- C) "... mas são possíveis." (§ 4)
- D) "... tem-se que ser o mais abrangente possível." (§ 2)
- E) "... e serão, cedo ou tarde, flagrados no exercício ilegal da profissão." (§ 3)

**MATEMÁTICA****Questão 11**

Determine o menor valor de  $x$  que pertence ao conjunto solução da equação abaixo.

$$\begin{cases} \frac{1}{x} + \frac{1}{y} = 2 \\ x - y = 4 \end{cases}$$

- A)  $\sqrt{17}$
- B)  $\sqrt{17} - 5$
- C)  $(5 - \sqrt{17})/2$
- D)  $5/2$
- E)  $\sqrt{17}/2$

**Questão 12**

Juntas, Ana e Maria realizam uma tarefa em 1 hora e 20 minutos. Sozinha, Maria realiza a tarefa levando 1 hora a mais do que Ana levaria para realizar sozinha a tarefa. Determine em quanto tempo Maria realiza a tarefa sozinha.

- A) 2,5 h
- B) 2,8 h
- C) 1,2 h
- D) 3,6 h
- E) 3 h

**Questão 13**

Felipe descontou uma duplicata no valor de R\$ 7.000,00 com vencimento em 1 mês. Calcule o valor aproximado da taxa de desconto racional simples utilizada, sabendo que foi descontado um valor de R\$ 120,00 na operação.

- A) 1,74%
- B) 1,64%
- C) 1,54%
- D) 1,84%
- E) 1,94%

**Questão 14**

O preço de um produto sofreu dois aumentos consecutivos de 10% e, em seguida, sofreu uma redução de 20%. Determine o valor total do aumento percentual sofrido pelo preço do produto após as três alterações citadas anteriormente.

- A) 12%
- B) 14,6%
- C) 15,2%
- D) 10%
- E) 0

**Questão 15**

Determine o aumento percentual sofrido pela área de um quadrado cujos lados foram aumentados em 50%.

- A) 50%
- B) 125%
- C) 110%
- D) 100%
- E) 75%

**INFORMÁTICA BÁSICA****Questão 16**

No MS PowerPoint 2010, são opções de efeito de transição e de efeito de animação, respectivamente:

- A) dissolver e panorâmica.
- B) recortar e surgir.
- C) aparecer e volante.
- D) piscar e rasgar.
- E) surgir e revelar.

**Questão 17**

Na faixa de opções do MS Word 2010, são recursos presentes no grupo "edição" da guia "página inicial":

- A) classificar, inserir tabela e desenhar tabela.
- B) recortar, copiar e colar.
- C) justificar, centralizar e alinhar.
- D) alinhar, agrupar e girar.
- E) localizar, substituir e selecionar.

**Questão 18**

Na configuração padrão do Excel 2010, suponha que na célula B11 esteja a seguinte fórmula =C\$8-\$D7. Essa fórmula, quando copiada e colada para a célula G15, possuirá a seguinte composição:

- A) =H\$8-\$D12
- B) =B\$8-\$D8
- C) =B\$8-\$D9
- D) =H\$8-\$D11
- E) =G\$8-\$D7

**Questão 19**

Alguns termos relacionados aos componentes básicos de hardware dos computadores periféricos e dispositivos de entrada, saída e armazenamento de dados estão disponibilizados na coluna I. Estabeleça a correta correspondência com os seus significados, disponibilizados na coluna II.

**Coluna I**

1. Clock interno
2. Clock externo
3. RAM
4. Memória Flash

**Coluna II**

- ( ) dispositivo utilizado em pendrives.
- ( ) dispositivo associado ao barramento da placa-mãe.
- ( ) dispositivo associado ao processador.
- ( ) dispositivo volátil de acesso aleatório.

A sequência correta é:

- A) 4, 2, 1 e 3.
- B) 1, 4, 3 e 2.
- C) 4, 1, 2 e 3.
- D) 1, 2, 3 e 4.
- E) 1, 4, 2 e 3.

**Questão 20**

Na comparação das topologias barramento, estrela, anel e malha nas redes de computadores, constitui uma vantagem e uma desvantagem da topologia estrela, respectivamente:

- A) a facilidade de diagnóstico e a instalação ser extremamente econômica devido ao custo do cabeamento.
- B) a facilidade de expansão da rede e a possibilidade de a rede poder ficar extremamente lenta em situações de tráfego pesado.
- C) a instalação ser extremamente econômica devido ao custo do cabeamento e a dificuldade de isolamento dos problemas.
- D) o acesso à rede por todos os computadores de forma igualitária e a dificuldade de isolamento dos problemas na rede.
- E) a possibilidade da falha de um computador não afetar o restante da rede e a possibilidade de uma falha no dispositivo central paralisar toda a rede.

**DIREITO CONSTITUCIONAL****Questão 21**

Sobre o tema controle de constitucionalidade das leis, assinale a alternativa correta.

- A) Resolução do Senado Federal é o instrumento adequado para dar eficácia *erga omnes* à decisão de ação direta de inconstitucionalidade.
- B) A decisão proferida em ação direta por omissão permite que o STF assuma a posição de autêntico legislador positivo.
- C) É aplicável o privilégio do art. 188 do CPC nos processos de controle concentrado de constitucionalidade.
- D) Segundo o STF, a admissibilidade da ação direta de inconstitucionalidade está condicionada à inviabilidade do controle difuso de constitucionalidade.
- E) Não cabe ação direta de inconstitucionalidade de lei do Distrito Federal derivada da sua competência legislativa municipal.

**Questão 22**

Considerando o tema direitos fundamentais, é correto afirmar:

- A) É constitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.
- B) Segundo o STF, a obrigatoriedade do visto de advogado para o registro de atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas ofende os princípios constitucionais da isonomia e da liberdade associativa.
- C) Para o exercício do direito de petição é, em regra, exigível capacidade postulatória.
- D) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.
- E) A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização destes.

**Questão 23**

Compete privativamente à União legislar sobre:

- A) proteção à infância e à juventude.
- B) previdência social.
- C) sistemas de consórcios e sorteios.
- D) assistência jurídica e Defensoria Pública.
- E) juntas comerciais.

**Questão 24**

Sobre os temas Poder Legislativo e Poder Judiciário, assinale a alternativa correta.

- A) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.
- B) Os juízes gozam da garantia da vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após três anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.
- C) Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ou a qualquer de suas Comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu Ministério.
- D) É permitida a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.
- E) Aos juízes é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos dois anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

**Questão 25**

Acerca do tema funções essenciais à justiça, é certo que:

- A) a garantia da inamovibilidade é conferida pela Constituição aos magistrados, aos membros do Ministério Público, aos membros da Defensoria Pública e aos procuradores do Estado.
- B) segundo entendimento do STF, a vedação ao membro do Ministério Público de exercício da advocacia não se aplica nos processos penais em que o membro do MP apresentar sua defesa atuando em causa própria.
- C) na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.
- D) o Ministério Público não tem legitimidade para recorrer no processo em que oficiou como fiscal da lei.
- E) é função institucional do Ministério Público exercer o controle interno da atividade policial, na forma da sua lei orgânica.

**DIREITO ADMINISTRATIVO****Questão 26**

Marque a alternativa correta, em relação à competência administrativa.

- A) A competência tem como uma de suas características a prorrogabilidade, que consiste na possibilidade natural de transmutação da incompetência em competência.
- B) A delegação retira do agente delegante a competência para a prática do ato, evitando assim indefinição quanto ao responsável por aquela mesma prática.
- C) Sendo a competência um dos elementos do ato administrativo, a prática de ato administrativo por agente incompetente não permite convalidação, tornando o mesmo nulo em sua origem.
- D) Uma das características da competência é a sua inderrogabilidade, ou seja, a impossibilidade de que seja transferida de um órgão para outro por acordo entre os envolvidos.
- E) A possibilidade de sua delegação pelo agente público originariamente competente a agente público diverso é um dos atributos naturais inerentes à própria competência.

**Questão 27**

Levando em conta a doutrina pátria, assinale a alternativa correta acerca das agências reguladoras no Brasil.

- I. São consideradas autarquias sob regime especial e sua criação depende de lei específica.
- II. Possuem personalidade jurídica de direito privado.
- III. Gozam de autonomia administrativa reforçada, que deve consubstanciar-se na estabilidade fortalecida de seus dirigentes e na impossibilidade de manejo de recurso hierárquico impróprio contra as suas decisões finais.
- IV. Possuem autonomia normativa técnica.
- V. Para maior agilidade de sua atividade regulatória, estão sujeitas ao regime jurídico próprio das empresas privadas sujeitas à sua regulação, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.
- VI. Possuem autonomia financeiro-orçamentária e os bens que formam o seu acervo patrimonial são classificados como bens públicos (estando, portanto, sujeitos às regras da impenhorabilidade, imprescritibilidade e inalienabilidade relativa).
- VII. Integram a Administração Pública Direta.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- A) I, II e VI.
- B) I, III, IV e VI.
- C) I, II, V e VII.
- D) II, V, VI e VII.
- E) II, III, IV e V.

**Questão 28**

Considerando o entendimento predominante na doutrina brasileira acerca do processo administrativo disciplinar, é correto afirmar:

- A) A ausência de defesa técnica gera a nulidade do procedimento.
- B) Mesmo em recurso interposto pelo servidor interessado, é admissível a aplicação do *reformatio in pejus*.
- C) Vigor o regime da legalidade estrita, na qual o tipo disciplinar tem que descrever a conduta cuja punição administrativa se pretende.
- D) Quando o fato apurado tiver repercussão também na esfera criminal, a Administração tem que suspender o andamento do processo administrativo disciplinar até o julgamento do feito criminal, para que não haja conflito entre as decisões.
- E) Mesmo nas sindicâncias prévias, é obrigatório que haja contraditório e ampla defesa.

**Questão 29**

As vigas retiradas de um viaduto demolido e levadas a um depósito para posterior leilão são classificadas como bens:

- A) de uso comum do povo.
- B) dominicais.
- C) de uso especial.
- D) inventariados.
- E) particulares.

**Questão 30**

Sobre a disciplina aplicável aos atos administrativos, é INCORRETO afirmar:

- A) Conceitua-se “motivo” como a situação de fato ou de direito que gera a vontade do agente para a prática do ato administrativo.
- B) Denomina-se “imperatividade” a característica dos atos administrativos que os torna obrigatórios a todos aqueles que sejam alcançados por suas hipóteses de incidência.
- C) Existe discricionariedade quando a norma retira a autonomia de escolhas da autoridade com competência para a prática do ato administrativo.
- D) Por força de sua autoexecutoriedade, independentemente de previsão legal nesse sentido, o ato administrativo pode ser imediatamente executado pela Administração Pública após sua edição.
- E) A intensidade da vinculação e da discricionariedade do agente para a prática de um ato administrativo são variáveis, havendo graus diversos de autonomia, conforme a hipótese.

**DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL****Questão 31**

O Código de Processo Civil, em seu artigo 162, estabelece que os atos do juiz consistem em sentença, decisões interlocutórias e despachos. A respeito desse tema, é correto afirmar que o ato por meio do qual o juiz:

- A) impulsiona o processo, mas não resolve questão alguma, é uma sentença.
- B) resolve uma questão incidente no curso do processo é um despacho.
- C) extingue o processo com julgamento de mérito é uma decisão interlocutória.
- D) impulsiona o processo, mas não resolve questão alguma, é um despacho.
- E) extingue o processo sem resolução de mérito é uma decisão interlocutória.

**Questão 32**

Assinale a alternativa em conformidade com o Código Civil Brasileiro.

- A) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos de seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, exceto se houver, por parte destes, dolo.
- B) Os bens públicos dominicais estão sujeitos a usucapião.
- C) Os excepcionais sem desenvolvimento mental completo são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- D) Uma fundação somente poderá ser constituída para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.
- E) O prazo de prescrição pode ser alterado por acordo das partes, desde que não cause prejuízo a terceiros.

**Questão 33**

Um ato da Administração Pública que atenta contra a liberdade de reunião (art. 5º, XVI da Constituição Federal) pode ser questionado judicialmente por meio de:

- A) ação popular proposta pelo Ministério Público.
- B) ação civil pública proposta por qualquer cidadão brasileiro que esteja no gozo de seus direitos políticos.
- C) ação popular proposta por partido político com representação no Congresso Nacional, na defesa dos interesses legítimos de seus integrantes.
- D) mandado de segurança coletivo impetrado por qualquer cidadão brasileiro que esteja no gozo de seus direitos políticos.
- E) mandado de segurança coletivo impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, na defesa dos interesses legítimos de seus integrantes.

**Questão 34**

Em relação à Lei de Introdução às Normas no Direito Brasileiro, é correto afirmar que:

- A) salvo disposição em contrário, uma lei começa a vigorar no país no dia seguinte à sua publicação oficial.
- B) salvo disposição em contrário, a lei revogada se restaura com a perda da vigência da lei que a revogou.
- C) a lei em vigor tem efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
- D) a lei posterior revoga a anterior apenas quando expressamente o declarar.
- E) quando a lei for omissa, o juiz não decidirá o caso.

**Questão 35**

De acordo com o Código Civil Brasileiro:

- A) o credor pode ceder o seu crédito, se a isso não se opuser a natureza da obrigação, a lei ou a convenção com o devedor, ficando automaticamente responsável pela solvência do devedor.
- B) comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.
- C) a herança de pessoa viva pode ser objeto de contrato, desde que haja a anuência de todos os potenciais herdeiros.
- D) os celebrantes são livres para convencionar o pagamento de uma dívida em ouro ou moeda estrangeira, bem como para compensar a diferença entre o valor desta e o da moeda nacional.
- E) o incapaz não pode ser responsabilizado pelos prejuízos que causar, ainda que as pessoas por ele responsáveis não disponham de meios suficientes para fazê-lo.

**NOÇÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO  
E DE DIREITO DO TRABALHO****Questão 36**

Sobre extinção do crédito tributário, assinale a alternativa correta.

- A) Consoante o CTN, o pagamento de um crédito importa em presunção de pagamento, quando parcial, das prestações em que se decompõe.
- B) A moratória, segundo o CTN, é uma modalidade de extinção do crédito tributário.
- C) O mandado de segurança não constitui ação adequada para a declaração do direito à compensação tributária.
- D) A regra de imputação de pagamentos estabelecida no art. 354 do Código Civil se aplica às hipóteses de compensação tributária.
- E) A compensação de créditos tributários não pode ser deferida em ação cautelar ou por medida liminar cautelar ou antecipatória.

**Questão 37**

Considerando os temas legislação tributária e obrigação tributária, é o que se afirma em:

- A) O emprego da analogia poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
- B) O emprego da equidade poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.
- C) Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
- D) A obrigação tributária principal decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
- E) A autoridade administrativa não poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária.

**Questão 38**

É aquele em que o contribuinte auxilia ostensivamente o Fisco na atividade do lançamento, recolhendo o tributo, antes de qualquer providência da Administração, com base em montante que ele próprio mensura. O texto refere-se ao:

- A) lançamento por homologação.
- B) lançamento direto.
- C) lançamento por declaração.
- D) desembaraço aduaneiro.
- E) lançamento de ofício.

**Questão 39**

Sobre os temas Sistema Tributário Nacional e espécies tributárias, assinale a alternativa correta.

- A) Segundo a jurisprudência do STF, é ilegítima a cobrança da taxa cobrada em razão da prevenção de incêndios.
- B) O serviço de iluminação pública será remunerado mediante taxa.
- C) O imposto sobre grandes fortunas poderá ser instituído pelos Municípios, através de lei ordinária.
- D) O imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza será não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores.
- E) É legítima a instituição de taxa pela prestação do serviço de asfaltamento de via pública.

**Questão 40**

Considerando o tema Administração Tributária, é correto afirmar:

- A) A Fazenda Pública da União, na forma estabelecida em tratados, acordos ou convênios, poderá permutar informações com Estados estrangeiros no interesse da arrecadação e da fiscalização de tributos.
- B) É vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informações relativas a inscrições na Dívida Ativa.
- C) É admissível a interdição de estabelecimento como meio coercitivo para cobrança de tributo.
- D) Para atender às exigências da legislação tributária, os escritórios de contabilidade têm de manter os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal por dois anos, para somente após esse período incinerá-los.
- E) É admissível a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos.